



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO  
FEDERAL

Coordenação de Políticas de Esporte e Inclusão  
Diretoria de Apoio aos Atletas

Termo de Referência - SEL/SUBELE/COPESI/DIAT

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO SEI-GDF Nº:** 00220-00005413/2021-56

**NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Previamente à elaboração do presente Termo de Referência foi elaborado o estudo preliminar em observância ao art. 21, inciso III, e art. 22 da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017, recepcionado pelo Decreto nº 38.934, de 15 de março de 2018, e que faz parte da instrução do processo.

**1. DO OBJETO**

1.1. Registro de Preço para eventual contratação de empresa para locação de ônibus por Km rodado, incluindo combustível, seguro total e motoristas uniformizados, para o transporte de passageiros, para atender às necessidades do Programa Compete Brasília gerido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, SEL-DF, conforme condições e especificações constantes neste Termo de Referência e seus Anexos.

**2. DO DETALHAMENTO DO OBJETO**

2.1. A presente licitação tem por finalidade a contratação de empresa para locação de ônibus por Km rodado, incluindo combustível, seguro total e motoristas uniformizados, para o transporte de passageiros, para atender às necessidades do Programa Compete Brasília gerido pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal, SEL-DF.

2.2. O objeto será dividido em dois itens (Item 1 ônibus e Item 2 micro-ônibus), visando possibilitar a participação de um maior número de licitantes. Urge ressaltar que, a divisibilidade do certame por itens corresponde a uma licitação e a um respectivo contrato, o que não garantiria maior celeridade e eficiência às várias etapas procedimentais relativas à licitação, a formalização e acompanhamento da execução do serviço, ao controle dos atos processuais, com reflexos na economia processual e financeira. E, ainda, não atenderia ao princípio da eficiência no sentido de preservar a elevada necessidade de manter a qualidade e nível da execução e acompanhamento dos serviços.

2.3. A (s) empresa (s) contratada (s) deverá (ão) disponibilizar ônibus executivos com 42 lugares e micro-ônibus com 20 lugares, de acordo com a demanda apresentada pelo Estudo Técnico Preliminar elaborado pela área competente (74896947), que prevê o quantitativo geral de 400.000 km, na proporção de 250.000 km para ônibus e 150.000 km para micro-ônibus, com as especificidades abaixo descritas:

Item	Descrição Detalhada do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Ônibus executivo (semi-leito), com <b>42 lugares</b> , no mínimo, com ar-condicionado, geladeira, toailete, TV, som ambiente, água mineral e 2(dois) motoristas, com seguro de cobertura integral, incluindo danos a terceiros. (Incluso, motoristas, diárias e combustível), com <b>até 08 anos de uso</b> contados da data do 1º licenciamento.	KM rodado	250.000	R\$ 7,80	<b>R\$ 1.950.000,00</b> (um milhão, novecentos e cinquenta reais)
2	Micro-ônibus com banheiro, <b>20 lugares</b> (passageiros sentados), ar condicionado, TV, frigobar, poltronas confortáveis e reclináveis, seguro total com franquia de responsabilidade do locador, com motorista, combustível e <b>até 05 anos de uso</b> contados da data do 1º licenciamento.	KM rodado	150.000	R\$ 7,80	<b>R\$ 1.170.000,00</b> (um milhão, cento e setenta reais)

**3. DA JUSTIFICATIVA**

3.1. A prestação de serviço visa atender a equipe de atletas, técnico e dirigentes, se for o caso, domiciliados e registrados em Entidades Esportivas do Distrito Federal, nos seus deslocamentos às Unidades Federativas do Brasil, limitados à distância de até 5.000 km, tendo origem no Distrito Federal, podendo ocorrer o embarque e desembarque nas cidades satélites e Plano Piloto, para

participação em eventos inseridos no calendário desportivo Nacional.

3.2. Esta Secretaria tem, entre suas diretrizes, a promoção de políticas públicas voltadas à promoção do esporte como instrumento de inclusão social de crianças, jovens e adultos, assim como o incentivo ao esporte amador e de alto rendimento.

3.3. O Governo do Distrito Federal, conforme disposto no artigo 254 da Lei Orgânica do Distrito Federal tem como dever “*fomentar práticas desportivas, formais e não-formais, como incentivo a educação, promoção social, integração sócio cultural e preservação da saúde física e mental do cidadão*”.

3.4. Com o advento da Lei nº 5.797, de 29 de dezembro de 2016, foi instituído o Programa Compete Brasília – PCB, que tem como finalidade conceder incentivo aos atletas de performance competitiva e às pessoas naturais que dão apoio profissional, técnico e de suporte.

3.5. O Programa supramencionado tem como forma de apoio a concessão de passagens aéreas ou rodoviárias, nacionais ou internacionais ou ainda de transporte terrestre estadual ou intermunicipal, para participação em competições esportivas de rendimento ou em eventos relacionados ao esporte, conforme artigos 1º 2º da Lei nº 5.797, de 29/12/2016, *in verbis*:

Art. 1º Fica instituído o Programa Compete Brasília - PCB, com a finalidade de conceder incentivo, na forma de apoio, aos atletas de performance competitiva e às pessoas naturais que dão apoio profissional, técnico e de suporte relacionadas à efetiva participação em competições esportivas oficiais e em eventos que visem o aprimoramento da prática desportiva de rendimento.

Parágrafo único. O PCB tem como objetivo estimular e fomentar as práticas desportivas formais e não formais, como incentivo à educação, promoção social, integração sociocultural e esportiva, a preservação da saúde física e mental, com a finalidade de obter resultados de superação ou de performance relacionados aos esportes e de integrar pessoas e comunidades do País e de outras nações.

Art. 2º O apoio de que trata o art. 1º se dá pela forma de concessão de passagens aéreas ou rodoviárias nacionais ou internacionais ou ainda de transporte terrestre estadual ou intermunicipal, para participação em competições esportivas de rendimento ou em eventos relacionados ao esporte, com o suporte, quando viável, de alimentação e de hospedagem solicitados.

3.6. A contratação em tela justifica-se pela necessidade de manter o incentivo aos atletas e cumprir as disposições constantes na Lei Orgânica do Distrito Federal, assim como pela importância da ação no incentivo ao desenvolvimento de atletas amadores e profissionais no âmbito nacional e internacional.

3.7. O objeto a ser contratado mostra-se economicamente mais viável, uma vez que a prestação dos serviços de transporte de pessoas por servidores ou terceirizados, em veículos oficiais geral um rol de despesas (diária, combustível, seguro e depreciação do veículo), que podem ser reduzidos pelo pagamento utilizando o quilometro rodado.

3.8. Diante os motivos expostos a contratação pretendida é enquadrada como serviço de caráter continuado, tendo em vista a necessidade do cumprimento das disposições legais acerca do apoio a esporte no Distrito Federal.

3.9. No tocante à justificativa do parcelamento, de acordo com a Decisão 02/2012 proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal (61105873), o parcelamento do objeto da licitação é possível, desde que haja comprovada vantajosidade para a Administração.

3.10. Considerando o fracionamento em dois itens e a possibilidade de cada item pertencer a empresas distintas, estará mantida a capacidade de acompanhamento simultâneo desta equipe técnica.

3.11. Considerando a economia de escala atrelada ao melhor aproveitamento de mercado juntamente com a ampliação da competitividade, nota-se que o parcelamento em dois itens alcançará maior número de licitantes.

3.12. Por fim, o exposto no parágrafo anterior aplica-se no que tange a economia financeira também. Depreende-se que o interessado no pretense certame possui maior chance em negociação em virtude da certeza da continuidade do serviço bem como de um volume maior de intervenções a ser realizado.

3.13. Assim, em termos de economicidade para os licitantes interessados, bem como para a Administração, nos termos do art. 23 da Lei 8.666/93, a presente licitação será parcelada em dois itens, assim descritos:

3.14. **ITEM 01:** Ônibus executivo (semi-leito), com 42 lugares, no mínimo, com ar-condicionado, geladeira, toalete, TV, som ambiente, água mineral e 2(dois) motoristas, com seguro de cobertura integral, incluindo danos a terceiros. (Incluso, motoristas, diárias e combustível), com até 08 anos de uso contados da data do 1º licenciamento.

3.15. **ITEM 02** Micro-ônibus com banheiro, 20 lugares (passageiros sentados), ar condicionado, TV, frigobar, poltronas confortáveis e reclináveis, seguro total com franquia de responsabilidade do locador, com motorista, combustível e até 05 anos de uso contados da data do 1º licenciamento.

3.16. De igual modo, e no propósito de reforçar a continuidade do serviço em tela, recorre-se ao disposto no Art. 15 da Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, *in verbis*:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

#### **4. DA CLASSIFICAÇÃO DO SERVIÇO COMUM**

- 4.1. O Objeto desta licitação se enquadra nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, acolhida no Distrito Federal pelo Decreto nº 23.460/2002, por se tratar de serviço comum, com características e especificações usuais de mercado.
- 4.2. Embora a Lei do Pregão nos forneça um conceito do tipo aberto sobre o que seja comum, após analisar três aspectos, quais sejam:
- 4.3. A possibilidade de padronizar o objeto por meio de critérios objetivos de desempenho e qualidade comuns no mercado correspondente;
- 4.4. Disponibilidade no mercado destes materiais; e
- 4.5. Verificado se as especificações adotadas eram usuais neste mesmo mercado.
- 4.6. Conforme Estudo Técnico Preliminar SEL/SUAG/EPC-OS124-21 (74896947), o presente serviço de locação de ônibus por Km rodado foi considerado comum e verificou-se que as especificações são usuais pelo mercado.

#### **5. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

- 5.1. A contratação obedecerá ao disposto na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 e aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de julho de 1993 e alterações posteriores, bem como demais normativos constante no Instrumento Convocatório.
- 5.2. Ademais, o presente Termo de Referência foi elaborado com fundamento nos seguintes normativos:
- 5.3. Lei nº 8.078/1990, que estabelece normas de proteção e defesa do consumidor;
- 5.4. Lei Complementar nº 123/2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nº 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e nº 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- 5.5. Lei Distrital nº 4.611/2011, que regulamenta no Distrito Federal o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, as Leis Complementares nº 127, de 14 de agosto de 2007, e nº 128, de 19 de dezembro de 2008, e dá outras providências;
- 5.6. Lei Distrital nº 4.770/2012, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal;
- 5.7. Lei Distrital nº 5.525/2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências;
- 5.8. Decreto Distrital nº 23.287/2002, que aprova modelo de Termos-Padrão e serem utilizados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências;
- 5.9. Decreto Distrital nº 26.851/2006, que regulamenta a aplicação de sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/1993;
- 5.10. Decreto Distrital nº 32.598/2010, que aprova as Normas de Planejamento, Orçamento, Finanças, Patrimônio e Contabilidade do Distrito Federal, e dá outras providências;
- 5.11. Decreto Distrital nº 32.767/2011, que dispõe sobre a regulamentação para a movimentação dos recursos financeiros alocados à "Conta Única" do Tesouro do Distrito Federal, e dá outras providências.
- 5.12. Decreto Distrital nº 35.592/2014, que regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais previsto na Lei 4.611/2011, estabelece regras para a elaboração do Plano Anual de Contratações Públicas para ampliação da participação das denominadas entidades preferenciais, e dá outras providências;
- 5.13. Decreto Distrital nº 36.520/2015, que estabelece diretrizes e normas gerais de licitações, contratos e outros ajustes para a Administração Direta e Indireta do Distrito Federal e dá outras providências;
- 5.14. Decreto Distrital nº 37.121/2016, que dispõe sobre a racionalização e o controle de despesas públicas no âmbito do Distrito Federal;
- 5.15. Decreto Distrital nº 38.934/2018, que dispõe sobre a aplicação, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, da Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 5.16. Instrução Normativa nº 05/2017 – MP/SLTI, que dispõe sobre as regras e diretrizes do

procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

5.17. Decreto Distrital nº 39.453/2018, que regulamenta a Lei distrital nº 5.525, de 26 de agosto de 2015, que estabelece que, em compras e contratações de bens e serviços, qualquer que seja a modalidade de licitação, o valor a ser pago não seja superior à média de preços do mercado, no âmbito do Distrito Federal;

5.18. Portaria nº 514/2018/SEPLAG, que regulamenta os procedimentos administrativos básicos para realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços em geral na forma do Decreto distrital nº 39.453, de 14 de novembro de 2018;

5.19. Portaria nº 356/2019, CGDF que estabelece os procedimentos de verificação previstos no art. 5º do Decreto nº 39.860, de 30 de maio de 2019;

5.20. Decreto Distrital nº 41.497, de 18 de novembro de 2020, que exclui a Secretaria de Estado de Esporte e Lazer do Distrito Federal da Central de Compras, obras e serviços de que trata o art. 2º da Lei nº 2.340, de 12 de abril de 1999, alterada pela Lei nº 2.568 de 20 de julho de 2000.

5.21. Portaria SEL nº 210/2020, que delega competências para o Subsecretário de Administração Geral atuar no âmbito dos procedimentos licitatórios.

5.22. Portaria SEL 187/2020, que designa Pregoeiro e Equipe de Apoio para atuarem nos procedimentos licitatórios.

## 6. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

6.1. O critério de julgamento adotado será o de menor preço por item, em atenção ao em atenção ao art. 7º, "caput", do Decreto Federal nº 10.024/2019 e ao art. 45, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

6.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às especificações e exigências contidas neste Termo de Referência e/ou Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, comparados aos preços de mercado, em consonância com o disposto no art. 48, inciso II, §§ 1º e 2º da Lei nº 8.666/1993.

## 7. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS VEÍCULOS

7.1. Para execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar veículos próprios novos ou seminovos, que se encontrem em **perfeito estado de manutenção, conservação, revisão, limpeza, equipados com ar condicionado, som ambiente e película de proteção solar de acordo com a legislação vigente de acordo com o CONTRAN** nas seguintes quantidades e características:

7.1.1. **Ônibus executivo (semi-leito)** com banheiro, 42 lugares (passageiros sentados), ar condicionado, TV, frigobar, poltronas confortáveis e reclináveis, seguro total com franquias de responsabilidade do locador, com 2 (dois) motoristas, combustível e até 08 anos de uso contados da data do 1º licenciamento;

7.1.2. **Micro-ônibus com banheiro**, 20 lugares (passageiros sentados), ar condicionado, TV, frigobar, poltronas confortáveis e reclináveis, seguro total com franquias de responsabilidade do locador, com motorista, combustível e até 05 anos de uso contados da data do 1º licenciamento.

7.2. Todos os veículos contratados devem possuir as licenças exigidas por lei.

7.3. É obrigação da Contratada apresentar cópias, acompanhadas dos originais, das apólices de seguros dos veículos a serem disponibilizados para esta contratação, bem como da documentação dos veículos (CRLV) no momento da assinatura do contrato.

7.3.1. Caso haja a aquisição de novo ônibus/micro-ônibus pela licitante contratada, ou substituição de veículo já habilitado à prestação de serviço, a contratada deverá comunicar a Administração, apresentando o CRLV do novo veículo.

7.4. Na eventualidade de pane elétrica ou mecânica de um veículo em uso para atendimento desta contratação, a Contratada é responsável por providenciar a disponibilização de um veículo reserva nas mesmas características indicadas neste Termo de Referência para atender prontamente e conduzir todos os passageiros ao seu destino final no prazo máximo de 1 (uma) hora a partir da pane.

7.5. A empresa deverá ter no mínimo 5 veículos do tipo **Ônibus executivo (semi-leito)**, 42 lugares e/ou no mínimo 5 veículos do tipo **Micro-ônibus com banheiro**, 20 lugares.

## 8. DAS DESCRIÇÕES DOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO

8.1. A execução dos serviços contemplados envolverá o transporte executivo de passageiros em viagens intermunicipais e interestaduais em que o percurso de ida/volta e deslocamentos internos previamente informados, relativos aos locais dos eventos autorizados em Ordem de Serviço.

8.2. Em razão da imprevisibilidade dos serviços, a empresa estará ciente de que os mesmos serão executados conforme as necessidades da SEL, sem restrições quanto a horários e datas.

8.3. Os veículos deverão ser apresentados em perfeito estado de conservação, com todos os itens de segurança exigidos pelo DENATRAN, DETRAN/DF e CONTRAN, terão que possuir obrigatoriamente, seguro total (colisões, incêndios, acidentes pessoais, indenizações a terceiros, serviço de reboque 24 horas para a região de deslocamento, com franquias zero).

8.4. Os profissionais que serão disponibilizados pela Contratada nesta contratação para

conduzir os veículos em viagens a serviço da SEL deverão atender aos seguintes requisitos mínimos:

8.4.1. Ser alfabetizado, ter facilidade de comunicação, autodomínio, simpatia, iniciativa e aptidão física para desempenho das atribuições;

8.4.2. Possuir Carteira Nacional de Habilitação categoria "D" (registrados que exercem atividade remunerada), em plena validade.

8.5. Para efeito de medição da quilometragem rodada, serão considerados, os locais de embarque e de destino dos passageiros, bem como dos deslocamentos nos locais de eventos ou outros, desde que esteja descritos na informação emitida pela SEL/DF.

8.6. Todos os deslocamentos deverão estar devidamente registrados no relatório de bordo do veículo com as informações de local, hora e quilometragem de saída e chegada.

8.7. Ao final de cada viagem o motorista deverá entregar Relatório de Viagem para o Executor do Contrato, imediatamente após o encerramento da viagem, contendo no mínimo as seguintes informações e de acordo com o modelo elaborado pelo Executor do Contrato que deverá conter as seguintes informações:

8.7.1. Identificação do veículo utilizado;

8.7.2. Horários de saída e de chegada;

8.7.3. Quilometragem inicial e final percorrida na viagem, incluindo rota e/ou destino;

8.7.4. Identificação do condutor;

8.7.5. Identificação dos passageiros e do principal responsável pela viagem;

8.7.6. Atesto do responsável pela viagem.

## 9. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

9.1. Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela Contratada, devendo os mesmos serem concluídos nos prazos definidos pelo órgão Contratante, verificadas as distâncias ida/volta de cada destino, incluindo os traslados internos.

## 10. DAS FORMALIZAÇÃO E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

**Da formalização:**

10.1. Após a adjudicação do objeto e a homologação da licitação, o(s) vencedor(es) serão convocados para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preços - ARP visando a execução do objeto desta licitação.

10.2. O prazo para assinar a Ata de Registro de Preços - ARP poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela(s) Licitante(s) vencedora(s) durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado, aceito pela **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL**, doravante denominada **SEL/DF**.

10.3. Na assinatura da Ata de Registro de Preços - ARP será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital e nos seus anexos, que deverão ser mantidas pelo Licitante durante a vigência da ARP.

10.4. O(s) convocado(s) poderá(ão), a critério da Administração, assinar ARP diretamente no processo eletrônico (assinatura eletrônica), cabendo à Administração, mediante prévio cadastro, a liberação para assinatura de usuário(s) externo(s) no SEI.

10.5. Se a(s) Licitante(s) vencedora(s) se recusar(em) a assinar a ARP ou não comprovar as condições de habilitação exigidas sem justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pelo **Subsecretário de Administração Geral da Secretaria de Esporte e Lazer** doravante denominada **SUAG/SEL/DF**:

10.5.1. Examinará, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas no Edital e nos seus anexos e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, as ofertas subsequentes e a qualificação dos Licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital e seus anexos;

10.5.2. Definida a melhor proposta, após a negociação direta, declarará o Licitante vencedor para a posterior convocação para assinar a ARP.

10.6. A convocação das Licitantes remanescentes, na forma do **subitem 10.5.2**, observará a margem de preferência para as entidades preferenciais (micro e pequenas empresas).

**Do cadastro reserva:**

10.7. Com fulcro no art. 11 do Decreto distrital nº 39.103/2018, serão registrados na respectiva Ata de Registro de Preços - ARP os preços e quantitativos dos Licitantes que aceitarem cotar o(s) objeto(s) com preços iguais ao do Licitante vencedor, na sequência da classificação deste certame. O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, conforme preceitua o art. 11, § 1º, do Decreto distrital nº 39.103/2018.

10.8. A convocação para a manifestação para compor o cadastro reserva ocorrerá por meio do portal **Compras Governamentais**, em momento anterior à homologação da licitação.

10.9. As empresas interessadas deverão se manifestar em campo próprio do sistema. A não manifestação no sistema, ou mesmo manifestações fora do campo próprio do portal **Compras Governamentais**, implicará na não participação no cadastro reserva.

10.10. Confirmada a participação no cadastro reserva, as cadastradas enviarão a proposta ajustada ao valor do vencedor e os documentos de habilitação quando forem convocadas para fornecer o objeto registrado.

10.11. As Licitantes componentes do cadastro reserva que não honrarem o compromisso de fornecimento assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela Administração, estarão sujeitas às sanções previstas no presente Termo de Referência e no Edital.

**Da revisão dos preços registrados:**

10.12. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es), observados os termos do Decreto do Distrito Federal nº 39.103/2018.

10.13. Caso seja constatado que o preço registrado na Ata de Registro de Preços - **ARP** é **superior à média dos preços de mercado**, o gerenciador solicitará ao(s) fornecedor(es), mediante comunicação formal, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo aos níveis definidos no subitem anterior:

10.13.1. Caso o fornecedor não concorde em reduzir o preço, será liberado do compromisso assumido e o gerenciador da Ata de Registro de Preços - **ARP** convocará os demais fornecedores do cadastro reserva, caso existam, visando igual oportunidade de negociação.

10.13.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

10.14. Quando o preço de mercado tornar-se **superior aos preços registrados** e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL**, doravante denominada **SEL/DF** poderá:

10.14.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

10.14.2. Convocar os demais fornecedores do cadastro reserva, caso existam, visando igual oportunidade de negociação.

10.15. Não havendo êxito nas negociações a Administração deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços - **ARP**, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

**Do cancelamento:**

10.16. O registro do fornecedor será cancelado quando:

10.16.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços - **ARP**;

10.16.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

10.16.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

10.16.4. Sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar Contrato administrativo com o Distrito Federal ou a **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL**.

**Da utilização por órgãos ou entes não participantes:**

10.17. A Ata de Registro de Preços - **ARP**, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública (art. 22, do Decreto distrital nº 39.103/2018), mediante prévia consulta a **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL** desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.18. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços - **ARP**, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

10.19. A adesão a esta Ata de Registro de Preços - **ARP** não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) do total registrado, conforme previsto no art. 22, § 3º, do Decreto distrital nº 39.103/2018.

10.20. O quantitativo total decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços - **ARP** não poderá exceder ao quádruplo registrado, conforme previsto no art. 22, § 4º, do Decreto distrital nº 39.103/2018.

10.21. A **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL** poderá autorizar a adesão após a primeira contratação advinda da Ata de Registro de Preços - **ARP** (art. 22, § 5º, do Decreto distrital nº 39.103/2018), com exceção dos órgãos e entidades do Distrito Federal.

**Dos acréscimos quantitativos da ARP:**

10.22. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de Preços - **ARP**, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 (art. 12, § 1º, do Decreto distrital nº 39.103/2018).

**Do Contrato oriundo da ARP:**

10.23. Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços (**SRP**) deverão ser assinados no prazo de validade da Ata de Registro de Preços - **ARP**, conforme preceitua o art. 12, § 4º, Decreto distrital nº 39.103/2018.

10.24. Os Contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços (SRP) poderão ser alterados, observado o disposto no art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993 (art. 12, § 3º, do Decreto distrital nº 39.103/2018).

#### **Da validade da ARP e do gerenciamento:**

10.25. A Ata de Registro de Preços - ARP terá a validade de **12 (doze) meses**, improrrogáveis, a contar da data de sua publicação.

10.26. A Ata de Registro de Preços - ARP será gerenciada pela **Subsecretaria de Administração Geral da Secretaria de Esporte e Lazer**, por meio da Subseção de Registro de Preços.

#### **Das condições gerais:**

10.27. **A existência de preços registrados não obriga a SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL a firmar aquisições e contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição ou contratação pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igual condição.**

10.28. Deverão estar incluídas no preço registrado, todas as despesas necessárias à prestação do serviço de locação de ônibus por Km rodado, objeto desta licitação.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **11.1. Das Obrigações Gerais:**

11.1.1. Executar os serviços conforme especificações e condições apresentadas neste Termo de Referência e no Instrumento Convocatório, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais.

11.1.2. Arcar com eventuais prejuízos causados ao contratante e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados, conveniadas ou prepostas, na execução dos serviços contratados.

11.1.3. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, ao Distrito Federal ou a terceiros.

11.1.4. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE referentes ao objeto licitado e ao cumprimento das demais obrigações assumidas;

11.1.5. Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos materiais, conforme previsto neste contrato, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao equipamento e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma, qualquer relação de emprego com a CONTRATANTE.

11.1.6. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração.

11.1.7. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

11.1.8. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo CONTRATANTE.

11.1.9. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

11.1.11. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento), do valor inicialmente contratado, nos termos do art. 65, §1º da Lei nº 8.666/1993.

11.1.12. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

11.1.13. Comunicar imediatamente ao executor do contrato, bem como ao CONTRATANTE, qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária, e-mail, fax e telefone, indicado na respectiva proposta de preços, como também, outras informações julgadas necessárias para o recebimento de correspondências encaminhadas pelos diversos órgãos integrantes da centralização de compras do Distrito Federal.

11.1.14. Comunicar por escrito eventual atraso, apresentando justificativas que serão objeto de apreciação pela CONTRATANTE.

11.1.15. Atender, no prazo fixado, todas as solicitações do Fiscal do Contrato.

11.1.16. Não alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimento das cláusulas e condições do contrato e das

especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver condo nas normas pertinentes ao objeto.

11.1.17. A Contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados no Decreto nº 38.365, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 143, de 27 de julho de 2017, que regulamenta a Lei nº 5.448, de 12 de janeiro de 2015, o qual proíbe conteúdo discriminatório contra a mulher.

11.1.18. A Contratada fica obrigada ao cumprimento do disposto na Lei Distrital 6.112/2018.

11.1.19. A Contratada fica obrigada a respeitar os termos estipulados na Lei Distrital nº 5.375/2014, que institui a Política Distrital para Integração da Pessoa com Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências.

## 11.2. **Das Obrigações Técnicas:**

11.2.1. Arcar com todos os custos necessários, incluindo despesas dos tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, combustível, pedágios, deslocamento de pessoal, garantia e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir.

11.2.2. A Contratada ficará responsável por todas as despesas relacionadas a estadia, diária, alimentação e demais gastos e encargos com a manutenção e assistência do profissional/motorista sob a responsabilidade da empresa contratada, a qual deverá cumprir todas as normas trabalhistas e convenções/acordos coletivos vigentes, ficando a Contratante isenta de quaisquer outras despesas que não seja apenas o pagamento da referida diária.

11.2.3. No preço do km rodado informado na proposta da empresa, deverá está incluso todas as despesas diretas e indiretas relacionadas aos gastos com motoristas e veículos envolvidos na prestação dos serviços.

11.2.4. Utilizar motoristas habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor.

11.2.5. Manter os seus empregados, quando em horário de trabalho, a serviço da SEL, devidamente uniformizados, identificados por crachá da Contratada, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

11.2.6. Manter a documentação dos veículos dentro das exigências estabelecidas pelas normas de trânsito.

11.2.7. A Contratada deverá desenvolver, manter e aplicar com todo o rigor um plano de manutenção preventiva e corretiva dos veículos alocados no contrato, a fim de assegurar aos passageiros total segurança quanto a quebras e acidentes nas estradas.

11.2.8. Quando da assinatura do Contrato, a empresa deverá apresentar Registro na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, contendo a relação do veículo habilitado, para o item ofertado.

11.2.9. A SEL se reserva ao direito de, a qualquer tempo e sem aviso prévio, solicitar a apresentação de tal plano, bem como de inspecionar os registros das manutenções executadas;

11.2.10. A inexistência, a não aplicação ou mesmo a ineficiência do plano de manutenção será entendida como descumprimento de cláusula contratual e, como tal, sujeita às penalidades cabíveis.

11.2.11. A Contratada fica obrigada a substituir todo veículo defeituoso, inadequado ou de qualidade inferior sem ônus para a Contratante, no prazo máximo de 24 horas e sem implicar alterações nos prazos estipulados no presente Termo de Referência.

11.2.12. É responsabilidade da Contratada garantir que seus empregados executem os serviços obedecendo estritamente o horário e os trechos especificados pela Contratante na Ordem de Serviço.

## 12. **DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

12.1. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

12.2. Efetuar o pagamento à Contratada, conforme estipulado neste instrumento.

12.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

12.4. Emitir pareceres em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial aplicação de sanções, alterações e repactuações do contrato.

12.5. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

12.6. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.7. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

12.8. Aplicar as penalidades cabíveis, previstas no Termo de Referência, garantida à prévia defesa;

12.9. Solicitar, por escrito, durante o período de execução do objeto, a substituição dos itens que apresentarem defeito ou não estiverem de acordo com a proposta;



12.10. Permitir o livre acesso dos empregados da Contratada para entrega do objeto contratado.

12.11. Quando da formalização da contratação, o órgão contratante deverá exigir a implementação do Programa de Integridade das Empresas a serem contratadas pela Administração Pública do Distrito Federal, nos termos do Disposto no art. 15 da Lei nº 6.112/2018.

### 13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E DA DOCUMENTAÇÃO

13.1. Para fins de comprovação da capacidade técnica, a empresa deverá apresentar Atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando ter a empresa realizado ou estar realizando o fornecimento dos serviços, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

13.2. Com a finalidade de tornar objetivo o julgamento da documentação de qualificação técnica, considera(m)-se compatível(eis) o(s) atestado(s) que expressamente certifique(m) que a empresa já forneceu no mínimo **10% (dez por cento)** do objeto deste Termo ou similar. Para os itens nos quais o percentual requerido apresente fração, considerar-se-á o número inteiro imediatamente superior.

13.3. Deverão ser apresentadas, no momento da habilitação, a documentação dos veículos (CLRV) a fim de comprovar que os mesmos pertencem a licitante.

### 14. DA SUSTENTABILIDADE

14.1. A Contratada deverá declarar que atende aos requisitos de sustentabilidade previstos no Art. 2º, da Lei Distrital nº 4.770/2012, em conformidade com o Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o Art. 3º, da Lei nº 8.666/1993, no qual, estabelece a implementação de critérios, práticas e ações de logística sustentável no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal direta, autárquica e fundacional e das empresas estatais dependentes, devendo ser observados os requisitos ambientais com menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

### 15. VALOR ESTIMADO

15.1. De acordo com a planilha orçamentária oriunda de pesquisa de preços realizada em conformidade com a portaria nº 514 de 16 de novembro de 2011, bem como em concordância com o decreto nº 39.453/2018, verificou-se que o valor total estimado a contratação é de **R\$ 3.120.000,00** (três milhões, cento e vinte mil reais).

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Ônibus executivo (semi-leito), com <b>42 lugares</b> , no mínimo, com ar-condicionado, geladeira, toaleta, TV, som ambiente, água mineral e 2(dois) motoristas, com seguro de cobertura integral, incluindo danos a terceiros. (Incluso, motoristas, diárias e combustível), com <b>até 08 anos de uso</b> contados da data do 1º licenciamento	KM rodado	250.000	R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos)	<b>R\$ 1.950.000,00</b> <b>(um milhão, novecentos e cinquenta reais)</b>
2	Micro-ônibus com banheiro, <b>20 lugares</b> (passageiros sentados), ar condicionado, TV, frigobar, poltronas confortáveis e reclináveis, seguro total com franquia de responsabilidade do locador, com motorista, combustível e <b>até 05 anos de uso</b> contados da data do 1º licenciamento.	KM rodado	150.000	R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos)	<b>R\$ 1.170.000,00</b> <b>(um milhão, cento e setenta reais)</b>

### 16. DA COTA RESERVADA

16.1. Quanto à previsão do benefício da Cota Reservada prevista na Lei Complementar n.º 123/2006, que regulamenta o tratamento favorecido para microempresa e empresas de pequeno porte, entende-se que o benefício em tela não se aplica à contratação almejada tendo em vista que o objeto do contrato é de grande vulto, o que implica em uma grande logística para o gerenciamento do mesmo.

16.2. Ademais, nos termos da lei, essa cota não se aplicará quando não houver vantagem para a Administração e não representar prejuízo para o objeto a ser contratado.

### 17. DO PAGAMENTO

17.1. Para efeito de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar os documentos abaixo relacionados:

17.1.1. Prova de Regularidade junto à **Fazenda Nacional** (Débitos e Tributos Federais), à **Dívida Ativa da União** e junto à **Seguridade Social** (contribuições sociais previstas nas alíneas

“a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 – contribuições previdenciárias e as às de terceiros), fornecida por meio da Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

17.1.2. Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, nos termos da Lei nº 8.036, de 11/05/1990;

17.1.3. Certidão de regularidade relativa a débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (CNDT), mediante a apresentação de certidão negativa, em plena validade, que poderá ser obtida no site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao);

17.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal, que poderá ser obtida por meio do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br). **(obrigatória para todos os Licitantes com sede OU domicílio fora do Distrito Federal).**

17.2. Para as comprovações elencadas no item 17.1., serão aceitas certidões positivas com efeito de negativa.

17.3. Os documentos elencados no item 17.1., poderão ser substituídos, no todo ou em parte, pelo SICAF.

17.4. A Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da **SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER DO DISTRITO FEDERAL** doravante denominada **SEL/DE**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.977.827/0001-85 (órgão demandante).

17.5. As Notas Fiscais emitidas com dados (razão social ou CNPJ) divergentes dos informados no item 17.4., não serão aceitas.

17.6. O pagamento será efetuado até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

17.7. O pagamento será feito conforme as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, mediante apresentação de Nota Fiscal da empresa contratada, devidamente atestada.

17.8. A Nota Fiscal apresentada para fins de pagamento deve ser emitida pelo mesmo CNPJ constante na proposta de preços, **à exceção de empresas que sejam matriz e filial** (Acórdão nº 3.056/2008 – TCU – Plenário);

17.9. As Notas Fiscais apresentadas com CNPJ divergente da proposta de preços, **à exceção de empresas matriz e filial**, serão devolvidas pela Administração, para a devida correção (emissão de Nota Fiscal com o CNPJ correto).

17.10. Os documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento deverão ser reapresentados num prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, devidamente escoimados das causas que motivaram a rejeição.

17.11. Passados **30 (trinta) dias** sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “pro rata tempore” do IPCA (art. 2º do Decreto distrital nº 37.121/2016).

17.12. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

17.13. **Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de apuração acerca de quaisquer descumprimentos contratuais constatados, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).**

17.14. Os pagamentos, de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) serão feitos, exclusivamente, mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário, junto ao Banco de Brasília S/A – BRB (Decreto distrital nº 32.767, de 17 de fevereiro de 2011).

17.15. Excluem-se das disposições do item 17.13.:

17.15.1. I - os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública federal;

17.15.2. II - os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou Contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

17.15.3. III - os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

17.16. **Os pagamentos observarão o DECRETO Nº 36.583, DE 03 DE JULHO DE 2015 e a PORTARIA 247, DE 31 DE JULHO DE 2019, Aplicado desde Janeiro de 2020:**

17.16.1. **DECRETO Nº 36.583, DE 03 DE JULHO DE 2015: Dispõe sobre procedimentos de execução orçamentário-financeira relativas à retenção e recolhimento do imposto de renda incidente sobre rendimentos pagos pela administração pública direta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.**

17.16.2. **PORTARIA 247, DE 31 DE JULHO DE 2019: Aprova o Manual do Imposto de Renda Retido na Fonte, de titularidade do Distrito Federal, nos termos do art. 157, inciso I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

17.16.3. **Dúvidas e esclarecimento no MANUAL DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE IRRF - VERSÃO: MAIO/2020 - Acesso virtual para esclarecimentos e dúvidas:**

## 18. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

18.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por comissão designada, na forma dos arts 67 e 73 da Lei nº 8.666/93 e dos Decretos nº 32.598/2010 e nº 32.753/2011.

18.2. Os executores do contrato deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

18.3. O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Instrumento Convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. Não obstante a contratada seja a única e exclusiva responsável pela execução de todo o objeto deste Termo de Referência, a Contratante reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre a prestação de serviços.

18.5. Cabe ao Fiscal do Contrato observar o efetivo cumprimento do disposto no art. 13 da Lei Distrital nº 6.112/2018.

## 19. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. Para a prestação dos serviços será formalizado um Contrato Administrativo estabelecendo em suas cláusulas todas as condições, garantias, obrigações e responsabilidades entre as partes, em conformidade com este Termo de Referência e da proposta de preços da licitante vencedora.

19.2. **A vigência do contrato será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por interesse das partes, por meio de Termo Aditivo, para os subsequentes exercícios financeiros, observado o limite estabelecido no Inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666, de 1993, após a verificação da real necessidade e com vantagens para o Contratante na continuidade deste Contrato.

## 20. DA GARANTIA CONTRATUAL

20.1. A Contratada, no prazo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do Contrato, prestará garantia no percentual correspondente a 3% (três por cento) do valor constante no instrumento contratual, podendo optar por qualquer das modalidades previstas no Art. 56, da Lei nº 8.666/1993.

20.2. No caso de substituição de algum item deste Termo de Referência, este terá o mesmo prazo de garantia originalmente dado ao bem substituído passando está a contar da data em que ocorrer a substituição.

## 21. DO REAJUSTE

21.1. Será admitido o reajuste do valor do contrato, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA apurado durante o período, observada a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, a contar da apresentação da proposta, conforme o Decreto nº 37.121/2016.

## 22. DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO

22.1. A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

22.2. Pelo mesmo fato não há motivos para se admitir a subcontratação, de forma a gerar outros instrumentos contratuais e conseqüentemente outras atribuições à administração pública. Deste modo, é vedada a subcontratação do objeto.

22.3. Registre-se que o benefício da subcontratação deve ser afastado sob uma das seguintes justificativas dispostas no § 10, da Lei Distrital nº 4.611/2011:

22.3.1. quando for inviável, sob o aspecto técnico;

22.3.2. quando representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, de forma devidamente justificada.

22.4. Luiz Rigolin ressalta que:

“... a subcontratação deve revelar-se, em princípio e antes de sua materialização, desejavelmente vantajosa para a Administração contratante e o particular contratado, ou no mínimo indiferente para a Administração com relação à contratação mesma, ou seja 'não pior' para o Poder Público que aquela contratação originária.”

22.5. Em suma, conforme entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, uma vez

admitida a subcontratação, esta somente pode alcançar parte do objeto contratado. Inclusive, recentemente esse Tribunal proferiu julgamento no sentido de que a subcontratação integral do objeto pactuado desnatura o certame licitatório e justifica a pena de exclusão do agente que a autorizou. Deste modo, entende-se que não há formas de divisão do objeto que não seja subcontratar uma outra empresa para atuar no mesmo local e com mesmo objeto, o que contraria veemente os julgados do TCU.

22.6. Por todo exposto, fica afastada a possibilidade de subcontratação compulsória, em harmonia com as Decisões nº 2236/2016, 743/2016 e 2943/2010; TCU: Acórdão nº 2763/2013-Plenário.

## **23. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS**

23.1. Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, assim como pela recusa injustificada em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, garantida a prévia defesa, a empresa vencedora ficará sujeita às sanções previstas no Art. 87, da Lei nº 8.666/1993 e multas previstas no Decreto Distrital nº 26.851/2006 e suas alterações, nos percentuais descritos a seguir:

### **Da Advertência**

23.2. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo ordenador de despesas desta SEL/DF:

- I - quando ocorrer o descumprimento da obrigação no âmbito do procedimento licitatório; e
- II - se ocorrer o descumprimento da obrigação na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

### **Da Multa**

23.3. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas desta SEL/DF, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;
- II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada;
- III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste subitem;
- IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/ nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e
- V - Até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

23.4. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato, quando for o caso;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

23.5. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

23.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

23.7. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I - O atraso não superior a 5 (cinco) dias; e
- II - A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

23.8. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto do subitem 12.2 e observado o princípio da proporcionalidade.

23.9. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir

atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do subitem 11.4.1.

23.10. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do subitem 12.5.1 não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

#### **Da Suspensão**

23.11. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitação e de contratar com a Administração e será imposta pelo ordenador de despesas desta SEL/DF, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966/2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, de acordo com os prazos a seguir:

- I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente;
- II - por até 90 (noventa) dias, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva;
- III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e
- IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:
  - a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
  - b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
  - c) receber qualquer das multas previstas no subitem anterior e não efetuar o pagamento;

23.12. A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

23.13. O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

#### **Da Declaração de Inidoneidade**

23.14. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual.

23.15. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

23.16. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **Das Demais Penalidades**

23.17. As sanções previstas nos subitens 12.4 e 12.5 poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 1993 ou 10.520, de 2002:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação; e
- III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

#### **Do Direito de Defesa**

23.18. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

23.19. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

23.20. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Item, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

23.21. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, devendo constar:

- I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;
- II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;
- III - o fundamento legal da sanção aplicada; e

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

23.22. Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos subitens 12.2 e 12.3 deste capítulo de penalidades, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 1993.

#### **Do Assentamento em Registros**

23.23. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

23.24. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

#### **Da Sujeição a Perdas e Danos**

23.25. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas pelo Decreto nº 26.851/06 e suas alterações, previstas neste Termo de Referência, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

#### **Disposições Complementares**

23.26. Os prazos referidos neste capítulo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

23.27. A Contratada poderá ser aplicada suspensão temporária para participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses;

23.28. Poderá ainda, ser declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração, quando a empresa, sem justa causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má-fé. A declaração de inidoneidade terá efeito enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

23.29. As multas aplicadas deverão ser recolhidas diretamente à conta corrente da Contratante, no prazo de quinze dias corridos, contados da publicação do ato de punição. Não ocorrendo o pagamento, a Contratante promoverá, mediante prévio procedimento administrativo, desconto nos pagamentos eventualmente devidos à Contratada, ou da garantia oferecida. Fica ressalvado o direito da Contratante de exigir o valor judicialmente, nos termos dos §§ 2º e 3º, do Art. 86, da Lei nº 8.666/1993, caso venha a ser necessário.

23.30. Em qualquer caso, a Contratada será notificada para apresentação de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação.

23.31. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada deverá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;

23.32. As penalidades previstas neste termo de referência são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, inclusive aquelas previstas no Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078/1990.

#### **24. DO FORO**

24.1. O Foro para dirimir eventuais conflitos acerca do presente objeto de contratação deverá ser o do Distrito Federal, Seção de Brasília.

#### **25. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

25.1. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração não eximirá a Contratada de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

25.2. Após a celebração do contrato, não será considerada ou atendida reclamação ou solicitação de alteração dos preços constantes da proposta da Contratada.

25.3. Caso ocorra pedido de reequilíbrio econômico-financeiro, provocado pelo fornecedor, devidamente fundamentado, o mesmo é obrigado a atender às Autorizações e empenhos já expedidos, sob pena de inadimplemento contratual.

25.4. Conforme o Decreto nº 34.031, de 12 de dezembro de 2012, "Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060".

**CARLOS ALBERTO FERREIRA NETTO**

Diretor de Apoio aos Atletas

De acordo.

**GUTEMBERG GOMES**

Coordenador de Políticas de Esporte e Inclusão

De acordo. Considerando os termos do Art. 7.º, § 2.º, Inciso I, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, **APROVO** o presente Projeto Básico, assim como afirmo a ausência de direcionamento do objeto em tela.

**FLAMARION VIDAL ARAÚJO**

Subsecretário de Esporte, Lazer e Espaços Esportivos



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ALBERTO FERREIRA NETTO - Matr.0279082-3, Diretor(a) de Apoio aos Atletas**, em 11/04/2022, às 13:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **ANTÔNIO GUTEMBERG GOMES DE SOUZA - Matr.0278676-1, Coordenador(a) de Políticas de Esporte e Inclusão**, em 11/04/2022, às 13:19, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **FLAMARION VIDAL ARAÚJO - Matr.0277557-3, Subsecretário(a) de Esporte, Lazer e Espaços Esportivos**, em 11/04/2022, às 15:18, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:  
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **84133829** código CRC= **E60C0658**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SCS, Quadra 04, Edifício Luiz Carlos Botelho, 6º e 7º andares - Bairro Asa Sul - CEP 70304-000 - DF

(61) 4042-1828 - Ramal 2005